

# **SANEAMENTO É BÁSICO**

## **UMA PROMESSA QUE NÃO PODEMOS ADIAR MAIS**

PROJETO GRÁFICO: ARTHURES GARCIA



FOTO: ELISÂNGELA LEITE FF

**DESCUBRA AQUI**

**P.4**

**PRA ONDE  
VAI O SEU  
COCÔ?**

**BAÍA SUJA**

**P.5**

**A IMPORTÂNCIA  
DA CONCLUSÃO  
DAS OBRAS DO  
PSAM**

**ÁGUA É UM DIREITO**

**P.6**

**PRIVATIZAR  
A CEDAE VAI  
RESOLVER O  
PROBLEMA?**



# EDITORIAL

A terceira edição do Boletim da Agenda Rio 2030 traz como tema o monitoramento sobre políticas públicas para o saneamento básico e para a Baía de Guanabara. Tão complexo e desafiador quanto tratar de segurança pública e mobilidade urbana no Rio de Janeiro metropolitano, vemos questões comuns entre eles. Todos os três setores afetam diretamente o ir e vir da população, especialmente para quem vive nas periferias, subalternizadas, à margem das infraestruturas urbanas ditas “seguras e resilientes”. São as enchentes, os tiroteios e o sistema de transporte, caro e de má qualidade, que comprometem o acesso à cidade, às oportunidades.

Jovens, negras e negros, são aqueles que mais se vêem impedidos de sonhar e alcançar seus objetivos e por isso são público prioritário das informações trazidas nesta publicação. O racismo ambiental e o apartheid climático são conceitos atuais e emergenciais, mas oriundos de processos históricos que aparecerão cada vez mais nas narrativas e que precisam ser debatidos por uma maior gama de atores sociais. O desenvolvimento sustentável deve atingir a todos e todas, sem deixar ninguém para trás.

Buscando desimpedir esses caminhos, elencamos uma série de propostas de políticas públicas, recolhidas pela Casa Fluminense através de sua rede de parceiros, para sugerir horizontes de superação desses que são alguns dos principais desafios vividos pelos moradores da Região Metropolitana. No eixo Saneamento Básico e Baía de Guanabara, cujos sistemas existentes hoje são caracterizados por muitos especialistas como ainda medieval, vamos tentar desvendar alguns mitos e pressionar para que planos saiam do papel, ainda que seus resultados permaneçam debaixo da terra e pouco visíveis para a população.

Vamos do micro ao macro, tentando olhar desde os princípios de cidadania e de acesso à direitos, até os compromissos com a execução dos programas financiados com recursos nacionais e internacionais, passando pela despoluição da Baía, a conclusão das obras do PSAM e as propostas para o futuro da CEDAE e da metrópole. A governança e o planejamento metropolitano que envolvem o saneamento serão amplamente tratados nessa publicação, diferente do que acontece hoje com nossos esgotos sanitários.

Para tanto, são signatários deste boletim, o IBG que há anos discute a Baía de Guanabara e seus afluentes, o LEAU, que é uma das principais referências acadêmicas sobre saneamento no Rio Metropolitano, o Data\_Labe, que coleta e trata dados e narrativas sobre o lixo através do Cocôzap, e o Fundo Casa Socioambiental, que vem apoiando diversas organizações na construção de cidades mais sustentáveis, em todos os sentidos.

Com carinho e saudade, dedicamos esse Boletim da Agenda Rio ao associado da Casa Fluminense e amante da cidade, que tanto contribuiu neste e noutros debates. Valeu por tudo, Rogério Daflon!



## PARCEIROS DE SANEAMENTO BÁSICO E BAÍA DE GUANABARA

Baía Viva | Cedac | ComCat | Ecomuseu de Sepe-tiba | Engenheiros Sem Fronteiras | Enraizados | Fase | Fórum Comunitário de Jardim Gramacho | Fórum de Catadores do Rio de Janeiro | Fórum Estadual de Economia Solidária | Horta Inteligente | Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente

(MPS) | Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos (OPNRS) | Observatório de Favelas | Por Gentileza | Reciclação | Rede Favela Sustentável | Redes da Maré | Revolucionar | SOS Gramacho | TETO

### A CASA FLUMINENSE

Organização que atua em rede para a construção de políticas e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trabalha por uma metrópole mais justa, democrática e sustentável. Coordenou a elaboração da Agenda Rio 2030.



www.casafluminense.org.br

### O IBG - INSTITUTO BAÍA DE GUANABARA

O Instituto Baía de Guanabara tem por missão pensar e agir de forma a comprometer a sociedade com o desenvolvimento sustentável da Baía de Guanabara, tendo elaborado documento propositivo pela sua recuperação.



www.baiadeguanabara.org.br

### O LEAU - LABORATÓRIO DE ESTUDO DE ÁGUAS URBANAS

O LEAU, do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ, desenvolve pesquisa sobre gestão dos serviços de saneamento, o uso e ocupação do solo, a gestão dos recursos hídricos e a governança metropolitana.



www.facebook.com/laboratorio.leau

### O DATA\_LABE

O Data\_Labe é um laboratório de dados e narrativas na favela da Maré, formado por jovens moradores de territórios populares que produzem novas narrativas com reflexão sobre o imaginário construído da cidade e seus habitantes.

### data\_labe

datalabe.org

### O FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA

O Fundo Socioambiental CASA financia pequenos projetos, fortalecimento de capacidades para iniciativas socioambientais de ONGs e grupos comunitários na América dos Sul. Atualmente, apoia 15 iniciativas na Região Metropolitana do Rio.



www.casa.org.br

## A PROPOSTA 5.1

### CONCLUIR AS OBRAS DO PSAM E AMPLIAR O TRATAMENTO DE ESGOTO

Finalizar as frentes de obra abertas do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM para a construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alcântara, o tronco coletor da Cidade Nova e da rede coletora da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Pavuna. Ampliar a utilização das ETes, que funcionam atualmente abaixo de sua capacidade operacional, por meio da requalificação e ampliação da rede coletora de esgotamento sanitário.

## COCÔZAP O SIMPLES E O COMPLEXO NO SANEAMENTO NA MARÉ

Os moradores da Maré são, historicamente, os responsáveis pelas conquistas de seus direitos. O acesso ao saneamento básico é uma dessas lutas. Desde o abastecimento de água, a coleta de lixo, a drenagem/pavimentação das vias e até o esgotamento sanitário foram garantidos através da organização e da demanda popular na comunidade. Ainda assim as necessidades são muitas e uma nova geração se apresenta no front da luta.

Fruto da criatividade do Data\_Labe, das conexões com a Casa Fluminense e as articulações com a Redes da Maré, o “Cocôzap” é um número no aplicativo de mensagens WhatsApp que recebe fatos e fotos dos moradores referentes ao saneamento. A meta do projeto, criado no final de 2018, é a produção de uma base de dados, envolvendo os moradores no processo de coleta das informações, de forma voluntária, configurando um processo de geração cidadã de dados. A coleta das informações é feita por meio do WhatsApp, através do envio da foto e da localização do foco de lixo, esgoto a céu aberto, falta d’água ou enchente. Assim, alia-se o exercício de monitoramento cidadão à cobrança por políticas públicas, de forma inovadora e colaborativa.

Em abril deste ano, o encontro “Saneamento da Maré” reuniu na Lona Cultural Hebert Vianna, moradores, ativistas, especialistas da área e de diversas redes e

organizações da sociedade civil, para debater os desafios e as soluções para o território que possui relatos e números inquietantes em relação aos perigos da insalubridade resultante da falta de saneamento básico. O evento teve o apoio do Fundo Socioambiental Casa e reuniu cerca de 100 pessoas da Maré e de outras partes da região metropolitana do Rio.

No Encontro os participantes sistematizaram demandas e soluções, de forma colaborativa, que resultou numa carta-manifesto. O documento apresenta sugestões a partir dos eixos: esgoto e Baía de Guanabara, abastecimento de água e manejo de águas pluviais, lixo e segurança pública e saúde e bem estar. O incentivo e a articulação de mutirões, mais acesso aos serviços públicos, maior interação entre moradores e poder público, bem como o fortalecimento de iniciativas populares, são algumas das principais demandas levantadas durante o encontro.

Com informação, mobilização e incidência, novos atores, encontros e sistematizações servirão como plataforma para uma agenda concreta de saneamento no Complexo da Maré. Para saber mais e acessar a carta na íntegra, acesse: medium.com/cocozap. Para queixas relativas ao saneamento básico no Complexo da Maré é só enviar uma mensagem para o número do Cocôzap: +55 21 99957-3216.

## RESÍDUOS

## MEMÓRIAS DE ITAOCA SETE ANOS DEPOIS DO FIM DO LIXÃO, MORADORA CONTA A SUA HISTÓRIA

Toda a minha vida está aqui”. Foi com essa frase que a catadora Márcia Ribeiro, de 24 anos, começou a conversa olhando para o morro do antigo aterro sanitário de Itaoca, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. Desde os seus 12 anos de idade, ela viveu no lixão com sua mãe, avó, pai e irmãos catando os resíduos despejados diariamente. Com o fechamento, em fevereiro de 2012, por determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em coordenação com as ações do governo estadual no Programa Lixão Zero, a família de Marcinha e diversas outras foram abandonadas a sua própria sorte, sem indenização apropriada e vivendo sob condições de profunda miséria. Foram prometidos 200 reais de indenização e cestas-básicas por quatro meses. Sete

anos depois, a maioria das famílias que ainda vivem lá não foram contempladas.

Sem qualquer vestígio da ação governamental para a inclusão social e emancipação econômica destes catadores, a vulnerabilidade está por toda parte. Até onde a vista alcança, são diversas casas com construção improvisada sob risco de desabamento iminente, com esgoto à céu aberto, sem acesso adequado à água ou ao básico do saneamento, a exemplo da casa onde vive a avó e mãe de Marcinha. Uma realidade que movimentos e coletivos da sociedade civil local, como o Por Gentileza e o SOS Itaoca, buscam mitigar com mutirões colaborativos de arrecadação de alimentos, roupas, botijão de gás, telhas e o que mais for necessário.

Sete anos depois do fechamento, hoje casada com Eliseu e mãe de três jovens meninos, Marcinha é uma das poucas que conseguiu alugar uma casa pequena e bem simples de alvenaria nos arredores. Quando perguntada sobre o desejo de sair dali e das dificuldades enfrentadas para acessar os serviços de saúde e educação, o receio pela segurança de seus filhos é o que mais lhe causa medo e a impossibilidade de arcar com os custos regulares de moradia em qualquer outro lugar certamente é o impeditivo mais concreto. “Lá fora a gente ouve tanta coisa braba que acontece. Aqui pelo menos eu conheço”.

“Um dia ouvimos uns barulhos lá fora e acabou.” Sem diálogos ou avisos, essa é a forma como Marcinha se lembra e descreve o momento em que as atividades no Lixão de Itaoca foram encerradas. A dura condição de vida deixou marcas e consequências, sentidas na pele, mas é a fé e o amor por seus filhos e marido que preserva o brilho nos seus olhos, o sorriso e planos futuros. Folheando o álbum de fotos de seu casamento, Marcinha conta que está planejando uma festa no antigo aterro sanitário de Itaoca para renovar os votos matrimoniais, e inspirada por seus filhos, tem desejo de retomar os estudos.



Marcinha começou a trabalhar no lixão aos 12 anos de idade. Foto: Larissa Amorim



## ESGOTO

## O QUE É SANEAMENTO BÁSICO?

Você já parou para pensar para onde vão os dejetos do nosso banheiro e da nossa cozinha? De onde vem a água limpa e potável que sai na torneira ou para onde vai o lixo que é (ou deveria ser) recolhido pelos incansáveis coletores e garis? Por que, com a mesma chuva, há lugares que sofrem inundações enquanto outros não? A resposta para muitas dessas perguntas passa por entender o que é e como funciona o saneamento básico. Hoje a definição mais aceita incorpora quatro elementos: coleta e tratamento de esgoto, abastecimento de água, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos – lixo é apenas o que não tem mais utilidade e não pode ser reciclado – e, por fim, e drenagem e manejo das águas das chuvas. Como o principal **objetivo de todas essas ações é a promoção da saúde pública e proteção do meio ambiente**, uma visão integrada de todos esses elementos é essencial.

Por ser fundamental, o saneamento básico está assegurado como direito social em na Constituição Federal e tem sua própria lei. A Lei Federal do Saneamento Básico (11.445/07) define princípios importantes como a universalização do acesso ao saneamento. Essa diretriz reforça o que o entendimento firmado pelo, Brasil, junto aos outros 192 Estados-Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, de que o saneamento e o acesso à água potável são direitos humanos.

A ausência de saneamento adequado gera um efeito dominó, pois prejudica o desfrute de outros direitos. É por isso que a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que **para cada 1 real investido em serviços de água e saneamento, se economiza 4 reais e 30 centavos em saúde**. Além disso, o avanço das estruturas de saneamento traz benefícios econômicos, como a geração de empregos, o desenvolvimento do turismo em áreas antes poluídas e a valorização dos imóveis.

Apesar dos fortes argumentos a favor de uma política de promoção do saneamento básico de maneira continuada, nossos desafios ainda são enormes. O Instituto Trata Brasil, usando dados informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), calcula que hoje existem 35 milhões de brasileiros sem acesso à água e mais de 100 milhões de pessoas sem coleta de esgoto. Se olharmos especificamente para a Região Metropolitana do Rio, apenas no ano de 2017, **foram 1.791 internações por doenças ligadas à falta de saneamento, sendo que 64% delas foram da população de 0 a 4 anos**. Ou seja, as crianças são as mais vulneráveis.

Por isso, é bom lembrar, quando se fala de acesso ao saneamento estamos falando de saúde, qualidade de vida e de cidadania.

## O CAMINHO DO COCÔ



- 2 A falta de redes de coleta de esgoto é um desafio. A rede é formada pela ligação das residências ao sistema e pelos troncos coletores que levam o esgoto de bairros inteiros até as estações de tratamento.
- 3 O resultado é que existem estações de tratamento, mas o esgoto não chega até elas. Considerando a capacidade das estações, a quantidade de esgoto tratado poderia mais que dobrar. Isso evitaria o despejo de até 276 piscinas olímpicas de esgoto nos rios e na Baía de Guanabara por dia.
- 4 São 55 rios que correm diretamente para a Baía de Guanabara. A qualidade das águas está classificada como muito ruim, principalmente as de rios que passam pelas áreas mais povoadas da Baixada Fluminense, do Rio de Janeiro e de São Gonçalo.

## ESGOTO

## O QUE É O PSAM?

O Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM) é a principal iniciativa para a ampliação do serviço de saneamento básico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com financiamento previsto em 640 milhões de dólares, sendo 452 milhões de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o restante de contrapartida do Governo do Estado, o programa pode beneficiar diretamente mais de meio milhão de pessoas, **fazendo com que 108 piscinas olímpicas de esgoto deixem de ser lançadas todos os dias na Baía**.

Entretanto, até abril de 2019, apenas 20% do valor total havia sido investido. Com a crise econômica do estado o ritmo das ações foram diminuindo até que, no fim de 2017, o programa fosse totalmente paralisado porque a justiça determinou o arresto do dinheiro do empréstimo para o pagamento dos servidores do judiciário.

O programa tem três frentes de obras: a construção do tronco coletor da Cidade Nova, que está em 90% e tem impacto no centro da capital e no Canal do Mangue; uma série de intervenções na bacia do rio Alcântara, em São Gonçalo, que está em 30%; e uma terceira frente contemplaria as populações de Duque de Caxias, e da Zona Norte do Rio de Janeiro próximas aos rios Sarapuí e Pavuna, mas que nem chegou a sair do papel. Além das obras e projetos, o programa apoiou direta ou indiretamente a elaboração de planos municipais de saneamento básico em 14 dos 16 municípios que escoam total ou parcialmente para a Baía de Guanabara e pretendia contribuir com o fortalecimento de instituições estaduais, como o INEA e a CEDAE.

**O PSAM tenta corrigir erros acumulados em um longo histórico de programas de saneamento.** O principal exemplo é o Programa de despoluição da Baía de Guanabara, o PDBG, que entre 1991 e 2006 gastou 800 milhões de dólares e não atingiu as metas previstas. Muitas estações de tratamento foram inauguradas, faltou construir as redes que levariam o esgoto das casas até lá. Se consideramos apenas as principais estações próximas à Baía, juntas **elas poderiam tratar até 13,4 mil litros de esgoto por segundo**, mas só chegam 5,6. Por isso, grande parte dos recursos do PSAM é para a construção dessas redes.

Além disso, o PSAM foi **apresentado como o principal mecanismo para alcançar a promessa (não cumprida) de despoluir 80% da Baía de Guanabara até os jogos olímpicos de 2016**. Iniciado em 2012, a ideia inicial era que tudo estivesse pronto até meados de 2017. Hoje o programa caminha a passos lentos e corre sério risco, pois depende do aval do governo federal para a retomada do empréstimo com o BID. O PSAM é a **grande chance que temos de um avanço significativo nas condições de saneamento**, uma promessa que podemos adiar mais.



## CEDAE EM JOGO

### TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL É O CAMINHO INCONTORNÁVEL

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos, a CEDAE, presta serviço de água e esgoto em 64 municípios do estado. Num cenário de grave crise fiscal do estado do Rio de Janeiro tem se tornado cada vez mais frequentes propostas de privatização da empresa com o intuito de entradas financeiras imediatas no caixa do estado. Assim também aconteceu no Regime de Recuperação Fiscal, assinado pelo estado junto ao governo federal, quando foi permitida a suspensão temporária de pagamento de dívidas e a contratação de um novo empréstimo de 2,9 bilhões de reais. Neste caso a União funciona como uma espécie de fiadora e por isso exigiu que a Cedae fosse colocada como garantia, tendo que ser vendida em caso de inadimplência.

A questão é que a Cedae é muito lucrativa e ajuda a compor os cofres estaduais. No ano de 2018 foi registrado o lucro recorde de 828 milhões de reais. Atualmente a empresa está em frentes de obras importantes, como o projeto “Mais Água para Baixada”, que com financiamento de R\$ 3,4 bilhões pretende solucionar os problemas de falta d’água na região. A privatização do serviço pode ser financeiramente desvantajosa a médio prazo e significar riscos para a universalização do acesso ao saneamento, com atenção para as áreas consideradas menos atraentes para a iniciativa privada.

É verdade também, que o tamanho do lucro da empresa não se traduz em qualidade dos serviços prestados e por isso ela é alvo de uma longa lista de críticas de moradores e especialistas. A universalização à água ca-

nalizada e tratamento de esgoto nas áreas atendidas ainda é um horizonte distante e os territórios periféricos são os que mais sofrem com a inconstância ou a ausência desses direitos.

Diversas mudanças administrativas profundas são urgentes e a transparência deve ser a palavra-chave. Por exemplo, é preciso que se dê mais clareza sobre: a parcela do lucro alcançado e que é reinvestido para a ampliação da infraestrutura; o modo pelo qual é feito o subsídio-cruzado em áreas de maior renda ajude a custear o serviço em outras regiões; a existência e o cumprimento das metas nos convênios com os municípios.

Neste sentido fortalecer a Agenesra, agência reguladora do setor, é um passo importante para que se cumpra a fiscalização eficiente dos contratos e serviços prestados. Uma Cedae pública, transparente e com controle social será uma ferramenta útil para a concretização do acesso ao saneamento básico como um direito de todas e todos.

## DE OLHO NA ALERJ

1

### EXISTEM COMISSÕES QUE DISCUTEM O SANEAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA?

Sim, algumas. Podemos citar a Comissão Permanente de Saneamento Ambiental, presidida pelo deputado Gustavo Schmidt (PSL) e a Comissão Especial para acompanhar o novo modelo de governança para a Região Metropolitana, presidida pelo deputado Waldeck Carneiro (PT).

2

### O QUE A COMISSÃO PERMANENTE VEM FAZENDO?

A comissão já realizou algumas audiências debatendo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, além do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM).

3

### E A COMISSÃO ESPECIAL DA REGIÃO METROPOLITANA?

Já realizou uma audiência pública sobre o saneamento na RMRJ na ALERJ e uma reunião conjunta com Comissão de Saneamento Ambiental sobre projetos prioritários na área de saneamento básico e suas fontes de financiamento. Na audiência, as obras do PSAM também foram citadas e ficou encaminhada a visita na Estação de Tratamento de Esgoto de Alcântara, em São Gonçalo.

4

### AS OBRAS DO PSAM FORAM RETOMADAS?

Sim, o estado via Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM). É importante que se retome as negociações para a renovação do empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

5

### O QUE É O FECAM?

O FECAM é um fundo destinado à implementação e controle de programas e projetos de recuperação e preservação do meio ambiente, bem como de desenvolvimento urbano. Foi instituído em 1986. Os recursos do Fundo diminuíram bastante nos últimos anos, tanto pela queda do preço do petróleo e por leis recentes que reduzem os repasses e remanejam verbas, destinando recursos para outros fundos e pastas.

## GOVERNANÇA METROPOLITANA E A BAÍA DE GUANABARA

### PLANO METROPOLITANO PROPÕE SISTEMA DE “CINTURÃO SANITÁRIO”

A Baía de Guanabara é o verdadeiro centro vivo da metrópole do Rio. Mais da metade população, 53%, de todo o estado do Rio de Janeiro mora na sua bacia drenante. Isso quer dizer que quase 9 milhões de pessoas vivem próximas aos rios que correm para a Baía. Muita vez existe uma tendência ao encarar o problema do péssimo estado de poluição da Baía de Guanabara apenas como um problema da qualidade das águas no espelho d’água. Mas antes do mau cheiro ou da visão da orla tomada de lixo, existem rios que se tor-

naram valões, valas de esgoto a céu aberto e toda uma população que tem sua saúde e qualidade de vida fortemente afetadas pela falta de saneamento.

Diferentes municípios podem ser abastecidos por uma mesma fonte de água ou destinarem os resíduos sólidos para reciclagem em um mesmo lugar. Por isso a única forma de superar os desafios do saneamento na nossa Região Metropolitana do Rio e despoluir a Baía de Guanabara é com o esforço de cooperação entre prefeituras e governos estadual e federal, sendo garantidas

a transparência, o controle social e a participação popular.

Para se construir essa visão integrada, entre 2015 e 2018 foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI), ou simplesmente Plano Metropolitano. O PDUI traz a proposta de enfrentar a falta de tratamento de esgoto com a construção de um “cinturão sanitário”. Para entender essa proposta é preciso voltar um pouco.

No mundo ideal, há duas redes de coleta passando sob as ruas: a primeira é a rede

de esgotamento sanitário, ou separadora absoluta, formada por manilhas destinadas a escoar o esgoto das casas até as estações de tratamento, onde os dejetos são tratados; já a segunda seria responsável pela drenagem pluvial: manilhas que levam as águas da chuva diretamente para os rios, lagos e baías. Acontece que, com a ausência de rede de esgoto, em grande parte das residências, existem ligações irregulares que jogam o esgoto na rede de drenagem. O Plano Metropolitano defende que se aproveite essas conexões já existentes, mas que o

esgoto seja capturado antes de chegar aos rios e encaminhado para uma estação de tratamento. Assim, se formaria um verdadeiro cinturão. Esse seria um primeiro passo, numa estratégia gradual, até a transição para o sistema de separador absoluto.

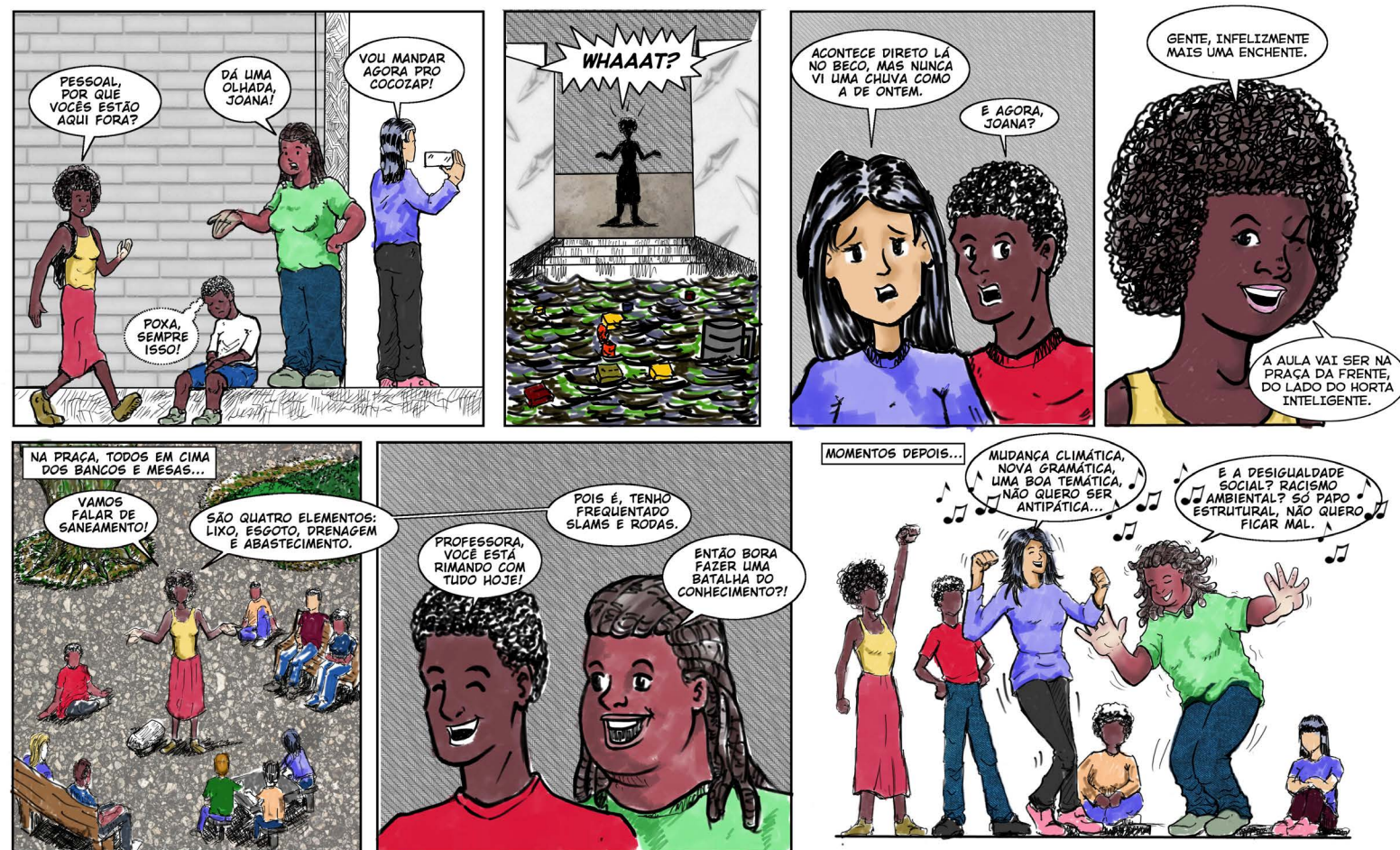
Em tese, a proposta traria uma vantagem econômica por aproveitar as estruturas já existentes e permitir a cobrança de tarifa mais rapidamente (já que a lei assegura que sem tratamento não pode haver cobrança). No entanto, especialistas no tema têm chamado atenção para uma série de limitações desse modelo. A primeira é que esse tipo de sistema, também chamado de “tempo seco”, só funciona no período sem chuvas. Quando chove o volume de água nas galerias pluviais aumenta significativamente, o esgoto deixa de ser captado e volta a ser jogado nos córregos ainda que diluído.

Ainda no ponto de vista técnico, outros dois desafios são a ausência de informação sobre a localização e as condições reais das redes pluviais existentes e o descompasso em relação aos planos municipais de saneamento básico da Região Metropolitana, que indicam a implantação do sistema de separador absoluto.

Por fim, não está claro como serão contempladas as pessoas que sequer estão ligadas às redes pluviais e convivem com esgoto a céu aberto. Levar a infraestrutura mínima de saneamento aos lugares onde esta é inexistente deve ser prioridade máxima.

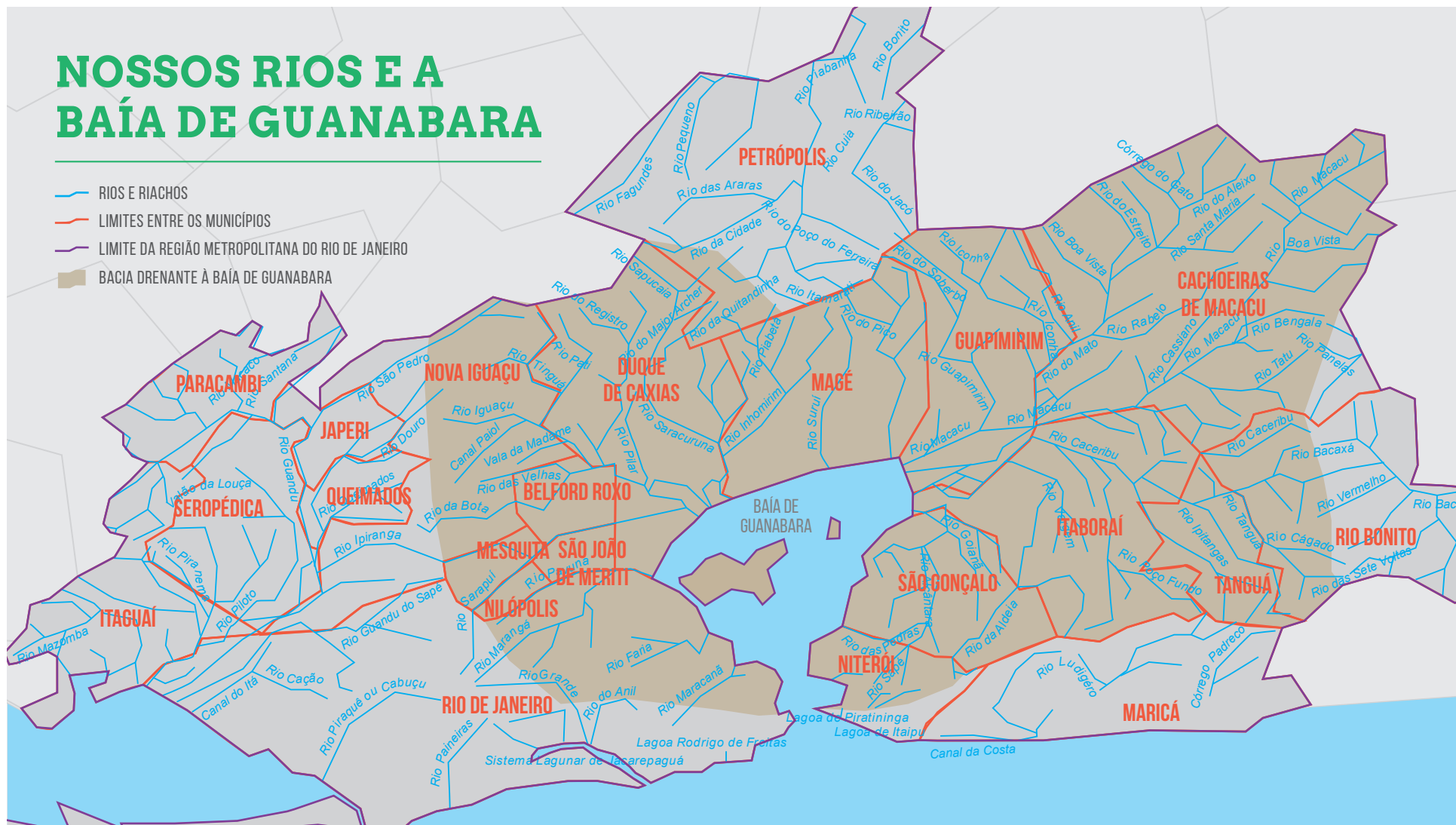


Manilha despejando esgoto no Rio Alcântara. Foto: Victor Coutinho





- RIOS E RIACHOS
- LIMITES ENTRE OS MUNICÍPIOS
- LIMITE DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
- BACIA DRENANTE À BAÍA DE GUANABARA



## QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SANEAMENTO NO ENTORNO DO RIO SARAPUÍ?

“Na Chatuba de Mesquita as intervenções ficam na maioria das vezes inacabadas e a parte que é concluída não recebe manutenção. As prefeituras não têm equipamento para realizar a manutenção da rede de separador absoluto. É comum destruírem a rede de esgoto fazendo drenagem para a rede pluvial. Temos questões com o esgotamento sanitário também. Existe uma estação elevatória que deveria estar levando o esgoto coletado para a ETE da Pavuna. Infelizmente não sabemos se esta infraestrutura está concluída ou interrompida em algum ponto, porque não conseguimos acompanhar toda a rede.”

**Luizinho Simplício, articulador na Associação Batista Mesquitense.**

“Ao pensar o Rio Sarapuí, a gente precisa pensar a Bacia do Iguaçu pois é nela que o Rio Sarapuí deságua, e por isso abriga os maiores problemas socioambientais do município de Duque de Caxias. É nesta Bacia que está situado o aterro sanitário de Jardim Gramacho e os vários lixões clandestinos que se formaram após o seu fechamento. No aterro fechado ainda existe a extração de gás e vazamento de chorume gigantesco, que foi já denunciado pelos pescadores do Sarapuí. O chorume atingiu o mangue, a Baía de Guanabara, o Rio Sarapuí e, conseqüentemente, o Rio Iguaçu.”

**Marlúcia Santos de Souza, historiadora no Museu de São Bento.**

“Acaba que todo mundo é atingido pelas enchentes e inundações. Se você é pobre, sua casa enche. Se você é de classe média, no mínimo você fica isolado, enche sua rua, seu bairro. O verão, especialmente janeiro, é a pior época do ano para a questão da água. O lugar onde minha mãe mora, próximo à Mangueirinha, já chegou a ficar até um mês sem cair uma só gota. Aí é preciso comprar água de caminhão pipa, que não sai por menos de 150 reais, ou então descer até o asfalto para buscar a água na casa de algum vizinho e conseguir fazer o mínimo, como cozinhar e beber.”

**Suellen Oliveira, estudante de Design na Esdi/UERJ e designer da Casa Fluminense.**